

MELHIM NEMEM CHALHUB

DIREITOS REAIS

2.ª edição
revista, atualizada e ampliada

Prefácio
Sylvio Capanema de Souza

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00098265

DIREITOS REAIS

MELHIM NAMEM CHALHUB

2.^a edição revista, atualizada e ampliada

1.^a edição: Forense, 2003



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [01-2014]

Universitário Texto

Fechamento desta edição
[08.01.2014]



ISBN 978-85-203-5107-9

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 2.ª EDIÇÃO	5
NOTA DO AUTOR À 1.ª EDIÇÃO	7
PREFÁCIO – SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA	9
INTRODUÇÃO	23

PARTE I
POSSE

CAPÍTULO 1 – POSSE	35
1.1 Caracterização geral (arts. 1.196 e ss. do CC/2002)	35
1.2 Teorias sobre a posse	36
1.2.1 A teoria subjetiva	37
1.2.2 A teoria objetiva	37
1.2.3 Principais divergências entre as teorias subjetiva e objetiva	38
1.3 Posse e detenção (arts. 1.196 e 1.198 do CC/2002)	39
1.4 Composse (art. 1.199 do CC/2002)	39
1.5 Objeto da posse	40
1.6 Natureza jurídica da posse	41
1.7 Classificação da posse	43
1.7.1 Posse justa e posse injusta (art. 1.200 do CC/2002)	43
1.7.2 Posse de boa-fé e de má-fé (art. 1.201 do CC/2002)	43
1.7.3 Posse com justo título (art. 1.242 do CC/2002)	44
1.7.4 Posse direta e posse indireta (art. 1.197 do CC/2002)	44
1.7.5 Posse <i>ad interdicta</i> e <i>ad usucapionem</i>	45
1.7.6 Posse improdutiva e posse pró-labore (arts. 1.238 e 1.239 do CC/2002) ..	45
1.8 Registro de cessão de posse no Registro de Imóveis	45
CAPÍTULO 2 – AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE	47
2.1 Modos de aquisição (art. 1.204 do CC/2002)	47
2.2 Sujeitos da aquisição da posse	48
2.3 Perda da posse (art. 1.223 do CC/2002)	49

CAPÍTULO 3 – EFEITOS DA POSSE.....	50
3.1 Efeitos da posse em geral (art. 1.210)	50
3.2 Autotutela da posse	50
3.3 Ações possessórias (CPC, arts. 920 e ss.).....	51
3.3.1 Manutenção de posse.....	51
3.3.2 Reintegração de posse.....	52
3.3.3 Interdito proibitório.....	52
3.3.4 Imissão de posse	52
3.3.5 Nunciação de obra nova	52
3.3.6 Dano infecto.....	52
3.3.7 Embargos de terceiro.....	53
3.4 Percepção dos frutos da coisa (art. 1.214 do CC/2002)	53
3.5 Indenização de benfeitorias necessárias e úteis (art. 1.219 do CC/2002)	53

PARTE II DIREITO DE PROPRIEDADE

CAPÍTULO 4 – DIREITO DE PROPRIEDADE – CARACTERIZAÇÃO GERAL	55
4.1 Aspectos da evolução histórica do direito de propriedade.....	55
4.2 Conceito do direito de propriedade.....	56
4.3 Características do direito de propriedade.....	57
4.4 Modalidades de propriedade	58
4.5 Objeto do direito de propriedade	59
4.6 Extensão do direito de propriedade	60
4.7 Responsabilidade civil do proprietário	60
4.8 Tutela da propriedade.....	61
4.9 Descoberta	62
CAPÍTULO 5 – FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	63
5.1 Considerações preliminares.....	63
5.2 Função social.....	65
5.3 Função social da propriedade.....	66
5.4 Os princípios da Constituição de 1988 (arts. 5.º, XXII, XXIII, XXVI, 182, 184, 185 e 186)	69
5.5 A função social da propriedade urbana: o Estatuto da Cidade.....	70
5.6 O Código Civil de 2002 (arts. 1.228, §§ 1.º e 4.º).....	72
5.7 Conclusão.....	73
CAPÍTULO 6 – LIMITAÇÕES DO DIREITO DE PROPRIEDADE	75
6.1 Aspectos gerais	75
6.2 Limitações constitucionais e legais (CF/1988, arts. 5.º, XXIV, 182, III, 184, § 2.º, e 185)	76

6.3	Limitações relativas aos direitos de vizinhança (arts. 1.277 e ss.)	77
6.4	Limitações voluntárias.....	77
CAPÍTULO 7 – AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE.....		78
7.1	Considerações gerais sobre os principais sistemas.....	78
7.2	O sistema adotado pelo direito brasileiro.....	78
7.3	Modos de aquisição	79
7.4	Classificação dos modos de aquisição	79
Seção 1 – Aquisição da propriedade mediante usucapião.....		80
7.5	Caracterização geral (art. 1.238 e ss. do CC/2002).....	80
7.5.1	Requisitos.....	81
7.5.2	Posse	82
7.5.3	Espécies.....	83
7.5.4	Usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC/2002)	83
7.5.5	Usucapião ordinária (art. 1.242, <i>caput</i> , do CC/2002).....	83
7.5.5.1	Usucapião tabular (parágrafo único do art. 1.242 do CC/2002 e § 5.º do art. 214 da Lei 6.015/1973)	84
7.5.6	Usucapião especial.....	86
7.5.6.1	Usucapião habitacional.....	86
7.5.6.2	Usucapião especial <i>pro labore</i>	87
7.5.6.3	Usucapião especial coletiva (art. 183 da CF/1988 e art. 9.º da Lei 10.257/2001).....	88
7.5.6.4	Usucapião especial de terras de quilombos (art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT).....	88
7.5.6.5	Usucapião familiar (art. 1.242-A do CC/2002).....	89
7.5.6.6	Usucapião especial indígena (art. 33 da Lei 6.001/1973)	91
7.5.7	Sentença declaratória da usucapião	91
Seção 2 – Aquisição da propriedade mediante conversão da posse legitimada.....		92
7.6	Caracterização geral (Lei 11.977/2009, arts. 46 a 72).....	92
7.6.1	Pressupostos e fundamentos.....	92
7.6.2	Requisitos.....	93
7.6.3	Procedimentos	94
7.6.4	Legitimação de posse como meio de atribuição da propriedade	95
7.6.5	Aspectos relevantes da desjudicialização do procedimento de aquisição da propriedade pela posse prolongada.....	96
7.6.6	Natureza jurídica do direito do titular da posse legitimada.....	98
Seção 3 – Aquisição da propriedade por sucessão hereditária		99
Seção 4 – Aquisição pelo registro do título		99
7.7	Considerações gerais (arts. 1.245 e ss. do CC/2002)	99
7.7.1	O sistema do registro (Lei 6.015/1973, art. 167).....	102
7.7.2	Princípios e fundamentos legais do sistema do Registro de Imóveis.....	103

Seção 5 – Aquisição mediante acessão	105
7.8 Conceito e espécies	105
7.8.1 Formação de ilhas	105
7.8.2 Aluvião	106
7.8.3 Avulsão	106
7.8.4 Abandono de álveo	107
7.8.5 Acessões artificiais ou industriais	107
Seção 6 – Aquisição da propriedade de bens móveis	108
7.9 Formas de aquisição	108
7.9.1 Usucapião (arts. 1.260 e 1.261 do CC/2002)	108
7.9.2 Ocupação (art. 1.263 do CC/2002)	109
7.9.3 Especificação (arts. 1.269 e 1.270 do CC/2002)	110
7.9.4 Confusão, comissão e adjunção (arts. 1.272 a 1.274 do CC/2002)	111
7.9.5 Tradição (arts. 1.267 e 1.268 do CC/2002)	111
CAPÍTULO 8 – DIREITOS DE VIZINHANÇA	113
8.1 Caracterização geral	113
8.2 Uso anormal da propriedade	115
8.3 Árvores limítrofes (arts. 1.282 a 1.284 do CC/2002)	117
8.4 Passagem forçada	117
8.5 Passagem de cabos e tubulações (arts. 1.286 e 1.287 do CC/2002)	118
8.6 Fluxo das águas (arts. 1.288 e ss. do CC/2002)	118
8.7 Limites entre prédios e direito de tapagem (arts. 1.297 e 1.298 do CC/2002)	120
8.8 Ação demarcatória (arts. 950 e ss. do CPC)	120
8.9 Direito de construir (arts. 1.299 e ss. do CC/2002)	120
8.9.1 Direito de construir em face das relações de vizinhança	121
8.9.2 Direito de construir em face do direito urbanístico (CF/1988, art. 182 e Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade)	123
CAPÍTULO 9 – PROPRIEDADES ESPECIAIS	128
Seção 1 – Condomínio geral	128
9.1 Considerações preliminares	128
9.2 Condomínio geral: conceito e espécies (arts. 1.314 e ss. do CC/2002)	128
9.3 Natureza jurídica	129
9.4 Divisão (arts. 1.320 e ss. do CC e arts. 967 e ss. do CPC)	130
9.5 Administração e locação da coisa comum (arts. 1.323 e ss. do CC/2002)	131
9.6 Extinção do condomínio (arts. 1.320 e ss. do CC/2002)	131
9.7 Condomínio necessário (arts. 1.327 e ss. do CC/2002)	131
Seção 2 – Condomínio edifício	132
9.8 Caracterização geral (arts. 1.331 a 1.358 do CC/2002)	132

9.8.1	Natureza jurídica	133
9.8.2	Instituição do condomínio especial por unidades autônomas (art. 1.332).....	135
9.8.3	Convenção de condomínio (art. 1.334).....	138
9.8.4	Direitos dos condôminos (art. 1.335).....	138
9.8.5	Deveres dos condôminos (arts. 1.336 e ss.).....	139
9.8.6	Administração do condomínio (arts. 1.347 e ss.).....	140
9.8.7	Penalidades (§§ 1.º e 2.º do art. 1.336 e art. 1.337)	142
9.8.8	Seguro do edifício (art. 1.346).....	142
9.8.9	Extinção do condomínio (arts. 1.357 e 1.358).....	142
9.8.10	Vagas de garagem (§§ 1.º ao 3.º do art. 2.º da Lei 4.591/1964, § 1.º do art. 1.331 e art. 1.338, § 1.º, do CC/2002).....	143
9.8.11	Condomínio de lotes de terreno	145
9.8.12	Condominio multiuso.....	146
Seção 3 – Propriedade resolúvel.....		147
9.9	Conceito (arts. 1.359 e 1.360 do CC/2002)	147
9.9.1	Natureza jurídica	147
9.9.2	Efeitos	148
9.9.3	Modalidades.....	149
Seção 4 – Propriedade fiduciária		150
9.10	Caracterização geral	150
9.10.1	Origem	153
9.10.2	Forma do pacto de fidúcia	155
9.10.3	Aplicação.....	156
9.10.3.1	Fundo de investimento	156
9.10.3.2	Garantia	157
9.10.4	Natureza jurídica	157
9.10.5	Elementos e requisitos da constituição da propriedade fiduciária.....	159
9.10.5.1	Objeto	159
9.10.5.2	Forma.....	159
9.10.5.3	Modo de constituição.....	160
9.10.5.4	Efeitos	160
9.10.6	Direitos e obrigações do proprietário fiduciário	160
9.10.7	Direitos e deveres do devedor fiduciante.....	161
9.10.8	Extinção da propriedade fiduciária.....	161
9.10.9	A propriedade fiduciária no direito positivo brasileiro.....	161
9.10.9.1	Titularidade fiduciária de ações	162
9.10.9.2	Fundos de investimento.....	162
9.10.9.3	Propriedade fiduciária em garantia.....	162
9.10.9.4	Titularidade fiduciária de direitos creditórios.....	163
9.10.9.5	Titularidade fiduciária sobre créditos, para fins de securitização	163

Seção 5 – Direito de superfície	164
9.11 Conceito e aplicação (arts. 1.369 e ss. do CC/2002).....	164
9.11.1 Origem	165
9.11.2 Objeto e natureza jurídica.....	166
9.11.3 Modalidades.....	168
9.11.4 Forma e modo de constituição	169
9.11.5 Efeitos	169
9.11.6 Extinção	170
 CAPÍTULO 10 – PERDA DA PROPRIEDADE.....	 172
10.1 Modos (arts. 1.275 e 1.276 do CC/2002).....	172
10.2 Extinção do objeto	172
10.3 Modos voluntários de perda da propriedade.....	172
10.4 Modos involuntários de perda da propriedade.....	173

PARTE III
DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR DE IMÓVEL

CAPÍTULO 11 – DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR DE IMÓVEL.....	175
11.1 Conceito e características essenciais (arts. 1.417 e 1.418 e Lei 6.766/1979, art. 25 e ss.)	175
11.2 Caracterização do contrato de promessa de compra e venda.....	176
11.3 Natureza jurídica do contrato de promessa de compra e venda.....	177
11.4 Elementos e requisitos do contrato de promessa	177
11.4.1 Objeto	178
11.4.2 Partes.....	178
11.4.3 Forma.....	178
11.5 Peculiaridades da promessa de compra e venda.....	179
11.6 Transmissibilidade dos direitos decorrentes da promessa	180
11.7 O negócio jurídico da incorporação imobiliária.....	181
11.8 A promessa no contexto da incorporação imobiliária (Lei 4.591/1964, arts. 32, § 2.º e ss.)	183
11.9 Extinção do contrato	184

PARTE IV
DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA

CAPÍTULO 12 – SERVIDÕES	187
12.1 Conceito (arts. 1.378 e 1.379 do CC/2002)	187
12.2 Elementos constitutivos	188
12.3 Classificação	188

12.4 Constituição	189
12.5 Exercício das servidões.....	190
12.6 Extinção.....	190
CAPÍTULO 13 – USUFRUTO	192
13.1 Caracterização e natureza jurídica (arts. 1.390 e ss. do CC/2002)	192
13.2 Objeto.....	194
13.3 Modos de constituição.....	195
13.4 Direitos do usufrutuário.....	195
13.5 Obrigações do usufrutuário.....	196
13.6 Extinção do usufruto.....	197
CAPÍTULO 14 – USO.....	200
14.1 Conceito (arts. 1.412 e 1.413 do CC/2002)	200
14.2 Uso e usufruto	200
14.3 Forma e modo de constituição	200
CAPÍTULO 15 – HABITAÇÃO.....	201
15.1 Conceito (arts. 1.314 e ss. do CC/2002)	201
15.2 Forma e modo de constituição	201
15.3 Características	201
15.4 Obrigações do beneficiário	201
15.5 Extinção.....	202
CAPÍTULO 16 – ENFITEUSE.....	203
16.1 Conceito e características essenciais (CC/1916, arts. 678 a 694, e CC/2002, art. 2.038)	203
16.2 Natureza jurídica	204
16.3 Direitos e obrigações do enfiteuta	205
16.4 Direitos e obrigações do senhorio	206
16.5 Extinção da enfiteuse	207
CAPÍTULO 17 – RENDA CONSTITUÍDA SOBRE IMÓVEL.....	208
17.1 Conceito (art. 749 a 754 do CC/1916).....	208
17.2 Forma e modo de constituição	208
17.3 Características	208
17.4 Extinção.....	209
CAPÍTULO 18 – DIREITO REAL DE USO	210
18.1 Conceito (Dec.-lei 271/1967).....	210
18.2 Características essenciais.....	210
18.3 Objeto.....	210

18.4 Forma e modo de constituição	211
18.5 Direitos do concessionário	211
18.6 Obrigações do concessionário	211
18.7 Extinção.....	211
Seção 1 – Concessão de uso especial para fins de moradia.....	212
18.8.1 Conceito (art. 1.225, XI, do CC/2002, MedProv 2.220/2001 e Lei 11.481/2007).....	212
18.8.2 Características essenciais	212
18.8.3 Objeto	213
18.8.4 Forma e modo de constituição	213
18.8.5 Direitos do concessionário.....	214
18.8.6 Obrigações do concessionário.....	214
18.8.7 Extinção	214

PARTE V
DIREITOS REAIS DE GARANTIA

CAPÍTULO 19 – DIREITOS REAIS DE GARANTIA – PRINCÍPIOS COMUNS ÀS VÁRIAS ESPÉCIES	215
19.1 Considerações preliminares (arts. 1.419 a 1.430 do CC/2002).....	215
19.2 Espécies de direito real de garantia	217
19.3 Características comuns a todos os direitos reais de garantia.....	218
19.4 Características das garantias reais por espécie	219
19.5 Pacto comissório	220
CAPÍTULO 20 – PENHOR.....	221
20.1 Conceito (arts. 1.431 a 1.437).....	221
20.2 Elementos e requisitos do penhor	222
20.2.1 Objeto	222
20.2.2 Forma.....	222
20.2.3 Modo de constituição.....	222
20.3 Efeitos.....	223
20.4 Direitos do credor.....	223
20.5 Obrigações do credor	223
20.6 Direitos do devedor pignoratício	224
20.7 Obrigações do devedor pignoratício.....	224
20.8 Extinção do penhor	224
20.9 Espécies de penhor	225
CAPÍTULO 21 – HIPOTECA	230
21.1 Caracterização geral (arts. 1.473 e ss. do CC/2002)	230
21.2 Espécies	231

21.3 Elementos do contrato	232
21.4 Forma	234
21.5 Modo de constituição	235
21.6 Efeitos.....	236
21.7 Extinção da hipoteca	238
21.8 Procedimentos especiais de cobrança e leilão	239
CAPÍTULO 22 – ANTICRESE.....	242
22.1 Caracterização (arts. 1.506 e ss. do CC/2002)	242
22.2 Objeto	242
22.3 Partes	242
22.4 Forma	243
22.5 Modo de constituição	243
22.6 Direitos e obrigações das partes	243
22.7 Extinção.....	243
CAPÍTULO 23 – CAUÇÃO DE DIREITO AQUISITIVO SOBRE IMÓVEL.....	244
23.1 Caracterização (Lei 9.514/1997, art. 21)	244
23.2 Objeto.....	244
23.3 Forma e modo de constituição	245
23.4 Saldo devedor do preço da promessa	245
CAPÍTULO 24 – CAUÇÃO REAL NAS LOCAÇÕES URBANAS.....	246
24.1 Nota introdutória (Lei 8.245/1991, arts. 37 e 38)	246
24.2 Objeto	246
24.3 Forma e modo de constituição	246
24.4 Características	247
CAPÍTULO 25 – PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA EM GARANTIA	248
Seção I – Princípios comuns às várias espécies de garantia fiduciária	248
25.1 Considerações preliminares.....	248
25.2 Características essenciais.....	249
25.2.1 Objeto	249
25.2.2 Acessoriedade	250
25.2.3 Partes.....	250
25.2.4 Título constitutivo da garantia	250
25.2.5 Modo de constituição.....	251
25.2.6 Desdobramento da posse	251
25.2.7 Direito real em coisa própria.....	251
25.2.8 Condição resolutiva	251
25.2.9 Reversão da propriedade.....	251

25.2.10	Consolidação da propriedade	251
25.2.11	Venda do bem (realização da garantia).....	251
25.2.12	Posição jurídica do devedor fiduciante e do credor fiduciário	252
25.2.13	Efeitos em relação a concordata e falência	253
Seção 2 – Propriedade fiduciária de bens móveis.....		255
25.3	Conceito (Lei 4.728/1965 e CC/2002, arts. 1.361 a 1.368-A).....	255
25.3.1	Caracterização.....	255
25.3.2	Figuras afins.....	256
25.3.3	Posição jurídica do devedor fiduciante e do credor fiduciário	257
25.3.4	Elementos e requisitos do contrato.....	257
25.3.4.1	Sujeitos do contrato	257
25.3.4.2	Capacidade.....	257
25.3.4.3	Objeto	258
25.3.4.4	Forma e modo de constituição	258
25.3.4.5	Direitos e obrigações do devedor fiduciante e do credor fiduciário	258
25.3.4.6	Inadimplemento do devedor fiduciante.....	259
25.3.4.7	Ações decorrentes da alienação fiduciária em garantia de bens móveis.....	260
25.3.5	Efeitos em relação a concordata, falência e recuperação de empresa	261
25.3.5	Extinção	261
Seção 3 – Propriedade fiduciária de bens imóveis.....		262
25.4	Conceito (Lei 9.514/1997)	262
25.4.1	Caracterização.....	262
25.4.1.1	Acessoriedade	262
25.4.1.2	Desdobramento da posse	263
25.4.1.3	Resolubilidade – reversão da propriedade	263
25.4.1.4	Resolubilidade – consolidação da propriedade.....	263
25.4.2	Elementos e requisitos do contrato.....	263
25.4.2.1	Objeto	263
25.4.2.2	Sujeitos do contrato	264
25.4.2.3	Capacidade.....	264
25.4.2.4	Forma e modo de constituição	265
25.4.2.5	Direitos e obrigações do devedor fiduciante e do credor fiduciário.....	266
25.4.2.6	Cessão do contrato.....	266
25.4.3	Posição jurídica do devedor fiduciante e do credor fiduciário	266
25.4.4	Procedimentos de cobrança e leilão.....	267
25.4.5	Principais ações decorrentes da alienação fiduciária de bens imóveis.....	269
25.4.5.1	Ação de reintegração de posse pelo fiduciário	269
25.4.5.2	Ações possessórias deferidas ao devedor fiduciante	270

25.4.5.3 Ação de cumprimento de obrigação de fazer.....	270
25.4.6 Efeitos em relação a concordata, falência e recuperação de empresa	271
25.4.7 Cotejo com a hipoteca e com a promessa de compra e venda.....	272
25.4.7.1 Hipoteca.....	272
25.4.7.2 Promessa de compra e venda	273
Seção 4 – Titularidade fiduciária sobre créditos decorrentes da alienação de imóveis	274
25.5 Conceito (Lei 9.514/1997, arts. 17, II, e 18 a 20)	274
25.5.1 Objeto	274
25.5.2 Partes.....	274
25.5.3 Forma.....	274
25.5.4 Efeitos	275
25.5.5 Efeitos em relação à falência e à recuperação de empresa	275
Seção 5 – Titularidade fiduciária em garantia sobre coisas móveis e títulos de crédito	276
25.6 Conceito	276
25.6.1 Objeto	276
25.6.2 Partes.....	276
25.6.3 Forma.....	276
25.6.4 Aplicação.....	277
25.6.5 Efeitos	277
25.6.6 Efeitos em relação à falência e à recuperação de empresa	278
Seção 6 – Titularidade fiduciária sobre créditos securitizados.....	279
25.7 Conceito (Lei 9.514/1997, arts. 9.º a 16)	279
25.7.1 Securitização de créditos imobiliários	279
25.7.2 Titularidade fiduciária.....	280
25.7.3 Forma de constituição	280
25.7.4 Modo de constituição.....	281
25.7.5 Efeitos	281
Seção 7 – Propriedade fiduciária de coisa fungível	282
25.8 Conceito (art. 66-B, § 3.º, da Lei 4.728/1965, com a redação dada pela Lei 10.931/2004)	282
25.8.1 Objeto	282
25.8.2 Partes.....	283
25.8.3 Forma.....	283
25.8.4 Aplicação.....	283
25.8.5 Efeitos	284
25.8.6 Efeitos em relação à falência e à recuperação de empresa	284
Seção 8 – Titularidade fiduciária de quotas de fundo de investimento para garantia de locação imobiliária	285
25.9 Conceito (Lei 11.196/2005, art. 88, e Lei 8.245/1991, IV, do art. 37 e VIII do	

art. 40).....	285
25.9.1 Objeto	285
25.9.2 Partes.....	285
25.9.3 Forma e modo de constituição	285
25.9.4 Prazo	285
25.9.5 Efeitos	286
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	287
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	291
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	301